

# **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente<sup>1</sup>**

## **Isabela Leão Ponce Pasini**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela UERJ/FFP e UFF (2010)  
Mestranda em Extensão Rural – UFV  
e-mail: belapasini@yahoo.com.br

## **Ana Louise de Carvalho Fiúza**

Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (2001)  
Professora do Departamento de Economia Rural – UFV  
e-mail: louisefiúza@ufv.br

## **Douglas Mansur da Silva**

Doutor em Antropologia Social - Museu Nacional/UFRJ (2007)  
Professor do Departamento De Ciências Sociais – UFV  
e-mail: douglas.mansur@terra.com.br

### **Resumo**

Este artigo apresenta uma leitura sobre o processo de modernização na região do Sapê do Norte, no norte do Estado do Espírito Santo, onde se contrapõem a racionalidade moderna da empresa Fibria/Aracruz Celulose e a racionalidade historicamente construída dos meios de vida das comunidades negras rurais ali territorializadas. Tecemos, a partir deste caso, algumas considerações sobre os processos de modernização e desenvolvimento e as questões ambientais no contexto atual.

**Palavras-chave:** modernização; desenvolvimento sustentável; comunidades negras rurais; questões ambientais; meios de vida.

### **Resumem**

#### **Modernización en las comunidades negras rurales de Sapê do Norte: discursos y prácticas de desarrollo y del medio ambiente**

En este artículo se presenta una lectura sobre el proceso de modernización en la región del Sapê del Norte, al norte de Espírito Santo, donde se oponen la racionalidad moderna empresa Fibria / Aracruz Celulosa y la racionalidad de los medios de vida históricamente construidos de las comunidades negras rurales ahí territorializadas. Tejemos a partir de este caso algunas consideraciones sobre los procesos de modernización y de desarrollo y medio ambiente en el contexto actual.

**Palabras-clave:** modernización; desarrollo sostenible; comunidades negras rurales; cuestiones ambientales; medios de vida.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de debates da disciplina de sociologia rural do programa de mestrado em extensão rural da Universidade Federal de Viçosa (MG), em que articulamos parte das reflexões da disciplina com a pesquisa de mestrado da autora sobre conflito territorial e soberania alimentar no Sapê do Norte, apoiada através de bolsa pela CAPES/PROAP.

## Abstract

### Modernization in black rural communities at *Sapê do Norte*: discourses and practices of development and environment

This article presents a lecture on the process of modernization in the region of *Sapê do Norte*, North of Espírito Santo, where are opposed the modern rationality from the Fibria / Aracruz Cellulose company and the historically constructed rationality from the livelihoods of the rural black communities there territorialized. We weave from that case some considerations about the processes of modernization and development and environmental issues in the current context.

**Keywords:** modernization; sustainable development; rural black communities; environmental issues; livelihoods.

## Introdução

Existe hoje um intenso debate sobre as possibilidades e contradições dos processos de modernização e desenvolvimento frente ao contexto ambiental e às comunidades tradicionais no Brasil e no mundo. Os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico tornam-se cada vez mais visíveis diante das questões ambientais (problemas e recursos). Por outro lado, é crescente também o campo ambiental, que configura movimentos sociais e ambientalistas, como o chamado mercado verde. Vários estudos de caso podem ser exemplificados como parte desta confrontação entre processos modernizantes e a existência e diversidade de meios de vida em diferentes ambientes no mundo.

O presente artigo tem o intuito de perscrutar a relação entre o processo de modernização engendrado pela empresa Fibria (antiga Aracruz Celulose) do Sapê do Norte (focando as comunidades negras rurais da região) e suas práticas e discursos ambientais, trazendo à tona o debate acerca da modernização e do desenvolvimento sustentável. Como metodologia, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema da modernização e do desenvolvimento, bem como do desenvolvimento ambiental, além de bibliografia relacionada especificamente ao caso da Aracruz Celulose no estado do Espírito Santo e sobre o conflito territorial existente entre empresa e comunidades negras rurais.

Iniciamos esta pesquisa pelo histórico de ocupação da região do Sapê do Norte, no norte do estado do Espírito Santo, onde houve, em um determinado momento, a evidente contraposição entre duas lógicas territoriais distintas, confluindo em um conflito territorial entre a empresa Fibria/Aracruz e as comunidades negras rurais que ali se encontravam. Em seguida, apontamos algumas das implicações destas diferentes racionalidades no território, como os impactos ambientais e os impactos nos meios de vida das comunidades e o histórico de relação entre estas e a empresa.

Percorrido este caminho, nos atemos ao debate sobre modernização e questões ambientais, relacionando estes processos e alguns de seus principais elementos com o momento histórico atual, a fim de promover algumas reflexões dentro da temática.

## Histórico de uso territorial no Sapê do Norte

A Região do Sapê do Norte, denominação popular local, está situada no norte do estado do Espírito Santo, abarcando uma grande área dos atuais municípios de Conceição da Barra e São Matheus, localizada ao longo dos rios Cricaré e Itaúnas. Esta se inseria na economia da Colônia em termos produtivos e comerciais como um ponto de parada e abastecimento para os navios que transitavam entre o Rio de Janeiro e a Bahia. No século XIX, a inserção na economia colonial se intensificou a partir do aumento da demanda

externa por farinha de mandioca, tendo em vista que as principais fornecedoras – as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo – encontravam-se previamente inseridas na ascendente produção cafeeira (FERREIRA, 2009).

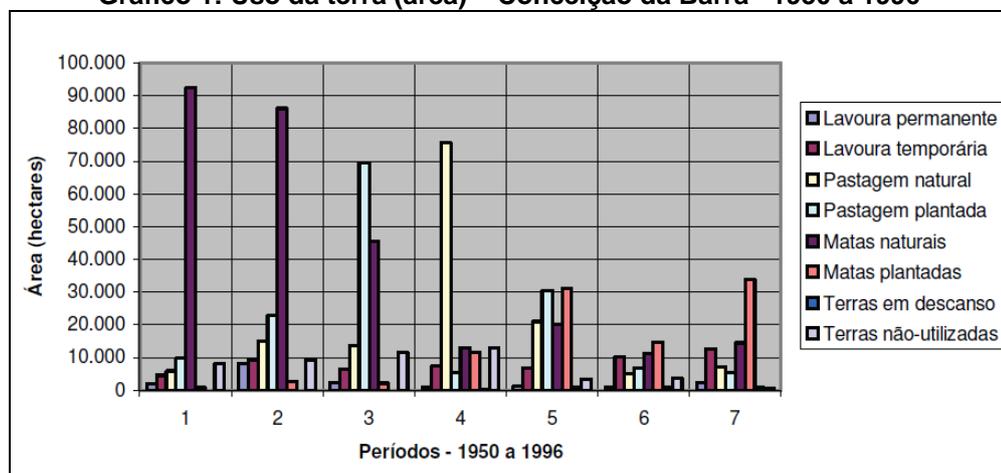
As comunidades negras rurais da região tiveram sua origem ligada ao passado colonial da região e construíram meios de vida particulares principalmente após o período escravocrata. Assim, permaneceram e foram transitando na região sem grandes dificuldades, mantendo suas atividades de criação, roça e extrativismo, práticas de uso comum da terra e moradias. Esta “facilidade” se deve principalmente ao fato de a região permanecer fora do foco do governo federal e estadual, considerando-se as dificuldades exploratórias geradas tanto pela floresta densa como pela resistência dos povos botocudos. Tal contexto desfavoreceu a permanência de grandes latifundiários e favoreceu a de antigos escravos. Seja por doação dos senhores, por compra ou por uso, essas comunidades se estabeleceram, criaram e recriaram seus meios de vida. Atualmente, há cerca de 39 comunidades negras rurais (CALAZANS, 2009), sendo 23 reconhecidas enquanto comunidades remanescentes de quilombos.

No início do século XX, houve algumas políticas de incentivo à exploração madeireira, sendo consolidada esta atividade no pós-guerra, quando houve um aumento na demanda de carvão mineral para o então processo de industrialização e urbanização nacional, concentrado na região Centro-Sul do país. Nesse sentido, os desmatamentos decorrentes da exploração da madeira, bem como a construção de estradas, iniciaram um novo período de transformações da paisagem local, que se intensificam na década de 1960, quando do início dos plantios de eucalipto na região, sendo parte destes ligada às empresas ACESITA e Companhia Vale do Rio Doce para produção de carvão vegetal e de celulose. Na década de 1970, novos plantios de eucalipto têm início, desta vez, ligados à empresa Aracruz Celulose (atual Fibria), e também plantios de cana-de-açúcar.

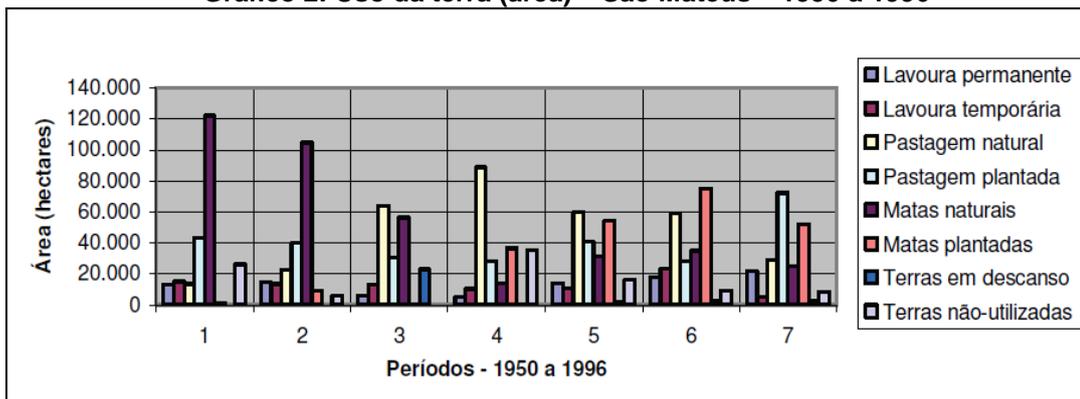
A partir daí, o monocultivo de eucalipto se espalha pela região e promove mudanças na paisagem e nas formas de uso da terra. As comunidades negras rurais começam a perder seus espaços; por outro lado, o monocultivo gera, ao longo do tempo, um processo de desertificação, em que a água, os solos férteis e o clima local são profundamente alterados. Este contexto, em sua totalidade, determina, então, um intenso processo de conflito territorial.

É possível observarmos, a partir dos gráficos abaixo, correspondentes ao uso da terra nos dois municípios do Sapê do Norte, o processo crescente ao longo das décadas de diminuição de matas naturais concomitantemente ao crescimento das matas plantadas, bem como a diminuição das lavouras temporárias muito ligadas aos cultivos de alimentos. Estes dados nos ajudam a perceber um pouco das mudanças de uso da terra a partir da entrada da empresa de eucalipto na região.

**Gráfico 1: Uso da terra (área) – Conceição da Barra –1950 a 1996**



Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários* 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996. Pesquisa e organização de Simone Batista Ferreira. Retirado de Ferreira (2009).

**Gráfico 2: Uso da terra (área) – São Mateus – 1950 a 1996**

Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários* 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996. Pesquisa e organização de Simone Batista Ferreira. Retirado de Ferreira (2009).

## Transformações nos meios de vida das comunidades negras rurais

Ao longo do tempo, os moradores do Sapê foram constituindo práticas, como plantios, criação de animais, extrativismo e caça, que garantiam fundamentalmente a manutenção e reprodução de suas comunidades. De acordo com Hebink (2007), a construção de meios de vida são as formas que as pessoas encontram de recorrer a uma gama de recursos e combiná-los em um todo coerente, a fim de ganhar a vida.

O alimento para essas comunidades constitui-se tradicionalmente como um recurso vital oriundo principalmente da relação desses grupos com o meio em que vivem. Ao produzirem ou extraírem os alimentos do lugar que habitam, constroem práticas e saberes sobre e no território.

O plantio era caracterizado por cultivos permanentes e temporários e abarcava áreas na mata (sítios) e a área do terreiro (espaço do quintal). A criação de animais era feita em áreas comuns, com o boi “a grané” (solto). As áreas de plantio na mata eram realizadas em sistema de *ajuntamento* (mutirão), onde vários membros da comunidade auxiliavam na limpeza da mata e no plantio.

Após o processo de “imprensamento” do eucalipto e cana, as práticas de plantio e extrativismo e as formas de aquisição de alimento foram profundamente alteradas devido à redução das áreas ocupadas pelas comunidades. A mata nativa foi derrubada para o plantio dos monocultivos; houve diminuição na quantidade e na diversidade faunística; o clima local foi alterado, bem como as condições do solo e disponibilidade de água. O terreiro então se torna, por excelência, lugar da produção de alimentos, constituindo-se no local de plantio, de criação animal, dos fogões a lenha e das casas de farinha, onde predominavam a criação de galinha e as culturas permanentes de frutíferas. Já as culturas temporárias são, principalmente, a mandioca, os feijões e a abóbora. A mandioca, principal cultivo temporário das comunidades, perdeu cerca de doze tipos de variedades (FERREIRA, 2009).

Podemos atestar também as alterações no que tange à criação de animais e o extrativismo. Anteriormente à chegada dos monocultivos, era comum a criação de gado pelas famílias, que era feita “a grané”, como denominam os moradores; ou seja, soltos nas terras de uso comum (FERREIRA, 2009, p.194). Hoje, devido à perda dessas terras, muitas famílias deixaram de criar gado. A criação solta de animais só é possível no saco de animais de pequeno ou médio porte, já que esta é realizada principalmente no terreiro.

Sobre a pesca, outra atividade e fonte de alimento cotidiana em tempos passados, os relatos dos moradores apontam que há, atualmente, uma escassez de peixes, em decorrência da diminuição da vazão dos rios, sendo ainda realizada a pesca, mas em menor escala, diferente de outros tempos, em que o peixe era abundante. A caça nas matas era também atividade comum, cuja redução se deu em função, tanto do desmatamento e

diminuição da fauna, quanto da legislação e fiscalização ambiental.

## Transformações ambientais

Ferreira (2009) levanta uma série de consequências ambientais do monocultivo de eucalipto na região, que apresenta como sendo caracterizada por Floresta Tropical Pluvial dos Tabuleiros Terciários, a “Mata dos Tabuleiros” é parte do bioma Mata Atlântica e ocupa localmente os terrenos sedimentares do Grupo Barreiras formados predominantemente por Latossolos Amarelos e Podzólicos Amarelos.

As principais consequências biofísicas são baseadas nas pesquisas de Augusto Ruschi (1976), que faz um estudo sobre o ecossistema local, comparando-o ainda com os monocultivos de eucalipto. O pesquisador atesta ter havido grande diminuição na produção de biomassa animal, perda de diversidade faunística e florística, diminuição do manto orgânico. Ferreira adiciona ainda outros elementos, como os diversos impactos na fertilidade do solo (entre outros, a diminuição da vida biológica e o aumento de processos erosivos), contaminação hídrica e dos trabalhadores por agrotóxicos, bem como a diminuição latente de água no subsolo, de lagoas, rios e córregos, e consequente processo de assoreamento nos mesmos.

Sobre o exacerbado consumo de água pelas espécies plantadas:

[...] o *Eucalyptus saligna*, o mais plantado no Espírito Santo, exige um **consumo monumental de água**. [...] A partir do terceiro ano de vida uma planta desta espécie consome por ano 19,6 milhões de litros de água, e um hectare com 2.200 árvores consome 49,6 bilhões de litros de água, dando esse total uma equivalência pluviométrica de 4.000 mm de chuva por ano. Se considerarmos que na região dos eucaliptais da Aracruz Celulose e da CVRD ou Flonibra a precipitação anual chega em média a 1.400 mm/ano de chuva, a diferença necessária de mais de 2.000 mm é retirada do solo e subsolo, tanto pela função osmótica como pela função de sucção das raízes (RUSCHI, 1976, p.60 *apud* FERREIRA, 2009, p.129).

Ademais do consumo no plantio, a produção da celulose também consome excessivamente água a ponto de a empresa realizar uma transposição de bacias para abastecer suas fábricas (MARACCI, 2008).

Em termos de biodiversidade, de acordo com Ruschi (1950 *apud* FASE, 2002), os eucaliptais são inferiores a outros “reflorestamentos”, devido à sua homogeneidade. Seja pelo alto consumo de água, pela toxicidade de suas folhas, dentre outros fatores, os eucaliptais dificultam o desenvolvimento e relações ecossistêmicas com outras vidas. Sendo assim, o termo “floresta”, utilizado pelas empresas de celulose e outros setores para denominar os eucaliptais, apresenta um forte apelo ambiental, mas se mostra ainda mais inadequado, pois não existe floresta sem diversidade biológica.

Sobre os desmatamentos, segundo relatório de Violação de direitos Humanos pela Acracruz (FASE, 2002),

[...] a empresa derrubou cerca de 50.000 hectares de Mata Atlântica (Fase, 1993; Miranda, 1993c, IAD 7/8, 1992), contribuindo, por exemplo, em Conceição da Barra, para uma diminuição da área de mata nativa em mais de 70%, e aumentando a área de eucalipto em 1.500%. Com esse processo, a porcentagem de mata nativa diminuiu para cerca de 18%, no município, em 1996. Atualmente, em Conceição da Barra, o plantio principal é o eucalipto, com uma taxa de ocupação de 68% do total do seu território (IBGE, 1960-1996, p. 30).

Todos esses impactos geraram na região um processo de desertificação que é chamado pelos movimentos sociais de deserto verde. Esse processo já era previsto pelo

biólogo Augusto Reich:

Em 30 anos, os nossos desertos de eucaliptos estarão ainda mais estéreis, sem pássaros, sem outras árvores. [...] Quem planta uma área totalmente com eucalipto, nas proporções como se está fazendo no Espírito Santo, está fabricando deserto pelo simples fato de ser uma floresta homogênea de espécie exótica, onde não há um ecossistema, mas um único nicho ecológico de consorciação, que é o eucaliptal (s/ano *apud* MEDEIROS, 1995, p. 60).

## **Transformações no relacionamento entre a Fibria/Aracruz Celulose e as comunidades**

A atuação da empresa no estado do Espírito Santo gerou danos tão visíveis, que provocou diversos tipos de resistência contra suas atividades. Uma delas foi a constituição da Rede Alerta Contra o Deserto Verde<sup>2</sup>, formada por diversas organizações, movimentos sociais e comunidades tradicionais com o objetivo principal de resistir aos monocultivos de eucalipto e de retomar os territórios.

Diversas iniciativas também passaram pela instância pública, como a Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal em 1993. O réu não se limitou à empresa, abarcando também o governo do Estado e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente E Recursos Naturais Renováveis). A questão central foram os danos ambientais e infrações à legislação ambiental, como o caso da utilização de Áreas de Preservação Permanente (APP) para o plantio de Eucalipto; o plantio inadequado de espécies exóticas em áreas tombadas; a falta de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de um Relatório de Impacto Ambiental (EPIA/RIMA) antes da implementação do programa, entre outros. Ao final da ação, houve um acordo entre as partes a partir da afirmação da sentença de que seria impossível quantificar os danos gerados. Como consta abaixo:

[...] é impossível no presente estágio processual que se imponha aos réus qualquer obrigação líquida de reparação de danos ambientais, uma vez inexistente sequer estimativa da extensão de tais danos. Nada obstante, a obrigação pode ser imposta de forma genérica, mediante o compromisso de reparação de danos que vierem a ser constatados pelo estudo de impacto ambiental ajustado. Assim, o ajustamento de conduta tem como elemento principal a realização de estudo ambiental, com a finalidade de avaliar os impactos, propor soluções minimizadoras e apresentar condicionantes ao desenvolvimento dos projetos. (Sentença na Ação Civil Pública n. 930004033-2, na 7ª Vara da Justiça Federal de Vitória, Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, fls. 5211/5212. *apud* FASE, 2002, p. 31).

Além desta ação, outras ocorrem posteriormente. Em 2002, uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) foi aberta pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a fim de investigar as irregularidades contidas nos processos de Licenciamento Ambiental da Aracruz Celulose, conhecida como de “CPI da Aracruz”. Vários pontos foram tratados, como o desvio de água do Rio Doce, principal do estado, sem licenciamento ambiental prévio, denúncias de envenenamento por agrotóxicos, violência contra os povos indígenas e quilombolas, entre outros. Entretanto, não houve um fechamento da CPI, devido ao mandado de segurança da Aracruz, não havendo assim um desfecho para as investigações (MARACCI, 2008).

Outra medida tomada ainda no âmbito do Poder Público foi o Projeto de Lei n.º

<sup>2</sup> A RADV se iniciou em e contava com a participação da organização não-governamental Fase (Federação de órgãos para assistência educacional e social)-ES, a Associação de Geógrafos Brasileiros-ES, a Brigada Indígena, os indígenas Tupiniquim e Guarani dos municípios de Aracruz, a Comissão Quilombola, entre outros.

252/2001, proposto pelo deputado estadual Nasser Youssef (PPS), que proibia, por tempo indeterminado, novos plantios de eucalipto para fins de produção de celulose no Espírito Santo, até que fosse realizado o zoneamento agroecológico do mesmo. Apesar de ser aprovado na Assembleia Legislativa, o projeto recebeu o veto do então o governador do estado, José Ignácio Ferreira (FERREIRA, 2009:426).

Todo esse quadro adverso à imagem pública da empresa provocou mudanças não só institucionais internas à empresa (como no caso de sua fusão com a empresa Votorantim e mudança de nome para Fibria, em 2009), mas no próprio tratamento dado às comunidades impactadas pelos monocultivos. O estudo de Pinto (2010) se atentou para essas mudanças, afirmando que

Todos estes conflitos prejudicaram a imagem da empresa em nível nacional e também no mercado mundial. Dentre algumas estratégias utilizadas pela empresa para mitigar ou responder a estas críticas destacamos: a construção de bases produtivas e de plantios em outros estados do país, novas formas de obtenção de matéria-prima além dos plantios próprios e alterações na gestão interna da empresa no que se refere ao setor de sustentabilidade e relações com as comunidades (PINTO, 2010, p.17).

No plano ambiental, a empresa iniciou vários projetos ambientais como os listados em seu sítio eletrônico: Programa de Educação Ambiental (PEA), um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), um programa de redução de resíduos na produção (Produção Mais Limpa). Além disso, apresenta Reservas de Patrimônio Particular Natural (RPPN's), onde é possível legal e teoricamente realizar cultivos e manter biodiversidade, entre outros.

Na página inicial a empresa se caracteriza como:

[...] Investimos no cultivo de florestas como fonte renovável e sustentável de vida, para produzir riqueza e crescimento econômico, **promover desenvolvimento humano e social e garantir conservação ambiental**. Temos orgulho da nossa origem e dos nossos fundamentos - excelência tecnológica, liderança, compromisso com o futuro e a vitalidade da nossa terra. **A Fibria tem o compromisso de adotar as melhores práticas ambientais**, para sempre inovar na promoção do desenvolvimento. Da floresta até a entrega do produto final, são mantidos processos que beneficiam a natureza, como o manejo florestal, geração própria de energia e processos de produção mais limpa. [...] **A Fibria reconhece que a sustentabilidade de uma indústria de base florestal depende do uso racional dos recursos naturais, assegurando que estejam disponíveis para as futuras gerações** (FIBRIA, 2013, grifo nosso).

As certificações ambientais se apresentam nesse plano como instrumentos que caracterizam as empresas como “ambientalmente responsáveis”. A empresa apresenta as seguintes certificações: ISO9001 e ISO14001 e Cerflor. Mas recentemente, em 2011, conseguiu o FSC - (Conselho de Manejo Florestal), um selo reconhecido internacionalmente. “A missão do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica”.

Sobre as certificações e o mercado de carbono, existem muitos pontos controversos entre ambientalistas, cientistas e gestores. Explicando o processo de certificação, Ferreira (2009, p. 411) afirma:

As *certificações ambientais* ganham fundamental importância como atestados de qualidade e segurança da produção de celulose, constitutivos da imagem do *des-envolvimento sustentável* que abre mercados. Pelo processo de certificação ambiental, uma determinada atividade produtiva é avaliada por empresas especializadas a partir de alguns parâmetros pré-definidos. Havendo correspondência a estes parâmetros de qualidade, a

imagem da *sustentabilidade* é *legitimada* a incorporar um valor diferenciado no mercado. Em parte oriundas da preocupação mundial acerca do profundo desequilíbrio ambiental do planeta, as *certificações ambientais* - um mecanismo de normas de fiscalização da produção, que trazem o sentido da “responsabilidade social e ambiental” - *institucionalizam* um “mercado verde”. Este “mercado verde” é movimentado pela prestação de serviços destas empresas em torno do processo da *certificação ambiental* e pela decorrente agregação diferencial de valor ao produto certificado.

No caso do FSC, este impõe uma série de pré-requisitos para as empresas que pleiteiam o Selo Verde (selo máximo de adequação ambiental). Antes da fusão com a Votorantim, a Aracruz Celulose já havia requisitado o FSC. Esse pedido transformou-se em um dos impulsos para a formação da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que, a partir de articulações com organizações internacionais, conseguiu pressionar a empresa certificadora, denunciando o contexto de impactos da empresa nos estados do Espírito Santo e Bahia, fato que culminou na desistência da empresa em conceder a certificação (PINTO, 2010).

No entanto, recentemente a Fibria entrou com o processo novamente e conseguiu o FSC. Os princípios e critérios de certificação impõem normas únicas, além de um ônus financeiro alto para os interessados. Isso conduz a um quadro restrito que acaba sendo direcionado às empresas e às monoculturas.

Esto es así porque **el modelo de desarrollo que propone la certificación FSC** es en primer lugar un **modelo de desarrollo centrado en la empresa** y no en la región o Ne el territorio. La certificación se interesa por la viabilidad social y económica de la empresa y por la viabilidad ambiental del manejo que la empresa hace del bosque o plantación (VAN DAM, 2002, p. 15 *apud* FERREIRA, 2009, p. 414; grifo de FERREIRA).

Outra limitação apontada sobre este selo é o fato de não considerarem a forma com que as empresas implementam seus plantios, muitas vezes de forma devastadora, como no caso em questão aonde a mata nativa foi derrubada com correntões. Há investigações sobre a relação da empresa com as comunidades vizinhas que, entretanto, é superficial, não havendo ampla consulta e aprofundamento das questões (FERREIRA, 2009, p. 418). Assim, as certificações promovem um selo que atribui uma postura ambientalmente correta ao senso comum e no mercado, inclusive agregando valor aos produtos das empresas e contribuindo em seu poder de lucros.

A partir das “florestas plantadas”, a empresa se insere na lógica de sequestro de carbono do chamado mercado de carbono, introduzido pelo Protocolo de Kyoto e que atualmente movimenta muitos capitais ao redor do mundo. A empresa aderiu à Bolsa de Carbono de Chicago (CCX) em 2005 (PINTO, 2010).

No fragmento de texto citado a seguir, Ferreira (2009, p. 415-416) aponta alguns questionamentos realizados sobre este mercado e sua lógica:

[...] os países industrializados que não almejam reduzir suas emissões podem comprar *créditos de carbono* dos países emergentes para completar suas metas – as Reduções Certificadas de Emissões<sup>101</sup> - mecanismo que foi denominado *Mecanismo do Desenvolvimento Limpo – MDL*. O MDL considera as “florestas plantadas” como “sumidouros de carbono” e, portanto fundamentais para o controle do efeito estufa e amenização das mudanças climáticas. Tem como argumento central que árvores em crescimento realizam um elevado consumo de carbono que supera a emissão feita pelas árvores adultas, gerando assim a diminuição do efeito estufa. Deste argumento sobressaem-se duas questões. A primeira é que esta equação simplista não considera o tempo e a destinação destas árvores plantadas, fatores que podem alterar o balanço entre a produção e o consumo de gás carbônico.[...] A segunda questão está relacionada ao

não-questionamento do modelo de *des-envolvimento* capitalista fundamentado nos combustíveis fósseis, principais agentes causadores do efeito estufa. Através desta lógica, os países industrializados do Norte, principais emissores de gás carbônico que querem manter seu modelo e padrão de *des-envolvimento*, investem vultuosas quantias no financiamento de monocultivos de árvores situados nos países do Sul.

Sobre o próprio processo de sequestro de carbono (CO<sub>2</sub>), Overbeek também analisa a questão do tempo de plantio não computada na equação do sequestro, afirmando que as árvores em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono na atmosfera, que só é liberado novamente após 6 a 7 anos (tempo de cultivo e colheita do eucalipto), com a transformação em celulose e em papéis que viram lixo (2011, p. 188-189).

No trato com as comunidades, a empresa criou novas estratégias, como os eixos de relacionamento – “diálogo operacional”, a “agenda presencial” e o “engajamento” –, traçando tipos distintos de relacionamento e hierarquização de prioridades e inserção (PINTO, 2010).

Dentre as comunidades priorizadas de alto impacto estão as quilombolas (Pinto, 2010:128), provavelmente pelo grande histórico de conflitos. Um dos pontos de conflito entre empresa e comunidades é a retirada da madeira. Prática antiga, a extração de madeira nativa foi transformada na retirada do facho (resíduo de madeira descartado na terra pelas máquinas após o corte) pelos quilombolas. Com limitadas opções de obtenção de seus meios de vida, os quilombolas começaram a retirar o facho principalmente para a produção de carvão. Essa prática gerou conflitos, pois a empresa proibia a retirada do resíduo, realizando inclusive denúncias de violência física e moral contra quilombolas, levando-os à prisão. Após uma série de encontros para a tentativa de resolução do conflito, houve a liberação e institucionalização da prática através da criação, em maio de 2003, da Associação dos Pequenos Agricultores e Lenhadores de Conceição da Barra – APAL-CB (exigida pela empresa como pressuposto para qualquer negociação do “resíduo”). A atividade foi, então, regulamentada, estabelecendo-se pré-requisitos para a colheita, como uso de uniforme, carteirinha de identificação e da liberação de áreas pela empresa para a retirada – liberação esta irregular.

Novos conflitos surgiram em torno do facho posteriormente, provocando inclusive intervenções da Fundação Palmares (FERREIRA, 2009). A empresa iniciou o processo de elaboração e implementação de projeto de “desenvolvimento sustentável” para suprir o vácuo das famílias que dependiam do facho. Para Ferreira, “a empresa procura garantir seu controle sobre o incômodo acesso dos trabalhadores aos recursos, ao mesmo tempo em que investe no deslocamento da questão da sobrevivência para os *‘projetos de desenvolvimento sustentável’*” (idem, p. 330).

Outra iniciativa da empresa é o Programa Poupança Florestal (programa de fomento) direcionada aos

[...] agricultores que possuem propriedades rurais próximas às áreas de plantio da Fibria. O modelo de produção abre uma perspectiva de negócio sustentado para o produtor rural, que recebe incentivos para o plantio desde o primeiro ano do programa, com fornecimento das mudas de eucalipto para reflorestamento, assistência técnica, garantia de comercialização da madeira e educação ambiental. Este programa estimula a geração de renda, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade no campo, pois permite o convívio da floresta com a produção de alimentos e a pecuária (FIBRIA, 2013).

Para Ferreira, o que ocorre de fato não é a existência de preservação e geração de renda conforme a empresa anuncia, mas o controle e expansão dos monocultivos a partir de uma terceirização da produção que gera consequências como: diminuição das áreas de plantio de cultivos alimentares, expansão do modelo produtivo baseado no uso de agrotóxicos e insumos, perda do controle sobre o quê, quanto, como produzir (FERREIRA, 2009).

Vários produtores das comunidades negras rurais passaram pelo programa. Transcrevemos dois casos: um é o caso do morador Roberto Cosme dos Santos, de 41 anos de idade, da comunidade de Linharinho, no município de Conceição da Barra, que defende o programa em virtude da inexistência de apoio do governo municipal ao pequeno agricultor e afirma que o investimento antecipado feito pela empresa é pago posteriormente pelo produtor com árvores de eucalipto, vendendo também o excedente para a empresa com dinheiro (FERREIRA, 2009). Outro caso é o do senhor Getúlio, de 51 anos, morador da comunidade quilombola de Angelim I, Conceição da Barra. Ele entrou no programa em 1992 e destinou todos os seus 12 ha, anteriormente ocupados por cultivos alimentares, à produção do eucalipto. Após os oito anos do ciclo de produção e venda, Getúlio viu que não obteve lucro e, após realizar os cálculos abaixo, resolveu abandonar a produção (CALAZANS, 2009, p. 49):

1ha de eucalipto/ 400 metros cúbicos de madeira/12ha/7 anos = R\$ 2.142

1ha de mandioca/ 25 ton/ano / 12ha/ 7 anos = R\$ 5.000

De acordo com Pinto (2010), a relação entre a empresa e as comunidades nunca foi homogênea, estando repleta de controvérsias e violência, assim como com outras “comunidades vizinhas” como os indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz, no Espírito Santo (p. 128). A aproximação da Aracruz ora encontra consentimentos, ora resistências por parte das comunidades quilombolas (p. 133). A dificuldade dessas relações e usos territoriais é admitida pela empresa. No entanto, a Fibria entende que as questões sociais relacionadas com essas comunidades estão mais voltadas à “pobreza” e não tece nenhuma relação entre as dificuldades de sobrevivência dessas comunidades e seus impactos nas mesmas. Pelo contrário, se vê, no plano discursivo, como uma agente possível de levar soluções, como vemos no trecho a seguir:

A Empresa se defronta com diversos e complexos desafios na área social. São desafios associados a questões que afetam toda a sociedade brasileira, e se manifestam de forma particularmente aguda no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia. **Embora a indústria de celulose tenha fomentado o desenvolvimento regional, esse processo não foi capaz, por si só, de eliminar os bolsões de pobreza criados dentro do modelo de ocupação da região.** A Fibria reconhece essa dificuldade, e **vem trabalhando** com vários atores públicos e privados, das comunidades e do terceiro setor para a **definição e efetivação de planos que dinamizem a economia da região e promovam maior inclusão social.** (grifo nosso) (FIBRIA, 2013).

Ao analisar as mudanças de relacionamento e estratégias da empresa com as comunidades, Pinto (2010) conclui que as críticas baseadas nas problemáticas expostas constituem como riscos sociais corporativos para a Fibria, afetando sua imagem nacional e internacional, suscitando vulnerabilidades e prejuízos econômicos. Nesse sentido, essas mudanças fazem parte de uma perspectiva de gestão no sentido de minimizar esses riscos, como outros, no que tange aos investimentos. Outra reflexão relevante nesse ponto refere-se ao fato de que algumas demandas atendidas pelos projetos da empresa já eram reivindicadas pelas comunidades e pelo poder público local. “[...] embora se assemelhem a dádivas e se apresentem como fruto de uma conduta responsável, as ações parecem mais respostas às pressões e lutas sociais” (PINTO, 2010, p. 127).

### **Modernização e desenvolvimento *versus* questões ambientais: considerações a partir do caso abordado**

Gostaríamos de evocar algumas noções entranhadas no caso supracitado para tecermos algumas reflexões sobre a relação entre os chamados processos de

modernização e desenvolvimento e as questões ambientais.

No intento de definir *modernização*, Solé (1998) diferencia o termo de conceitos que comumente o utilizam como sinônimo de desenvolvimento, progresso, transformação social, evolução.

O termo *transformações sociais* refere-se a qualquer tipo de mudança social ocorrida, enquanto *modernização* já traz implicitamente uma ideia de superioridade, segundo a autora, herdada da ideia de progresso, que, por sua vez, provém de uma ideia de progressão do século XIX, ligada às esquerdas na Europa. Enquanto isso, “Desarrollo lleva además implícita la idea de fases o estadios de un proceso de evolución, y es frecuentemente considerada como incluida bajo el concepto general de evolución” (p. 14-15). A autora afirma que estes termos advêm de uma concepção biológica ligada aos processos de organismos e aponta que a principal diferença entre desenvolvimento e modernização seria a natureza quantitativa do primeiro e a qualitativa do segundo, bem como sua maior abrangência.

El desarrollo sirve para designar, con palabras de Adam Schaff, cierto tipo de cambios: aquellos que en el seno de un marco de referencia y una escala de medidas dados representan un incremento cuantitativo de un fenómeno considerado como positivo de acuerdo con un sistema de valores dado, y en consecuencia es susceptible de ser reducible a los índices de una escala. Entonces, modernización sería una noción más amplia que desarrollo porque además de variaciones cuantitativas comprende también elementos cualitativos, como son los cambios en los sistemas de valores, actitudes y conducta de los individuos que componen una sociedad (SOLÉ, 1998, p.15).

Desenvolvendo sua conceituação sobre modernização, Solé aponta as três principais questões para tal formulação, dando as respectivas respostas:

Que és lo que representa novedad em el proceso de cambio social que denominamos modernización? La ciência y tecnologia. Quién implementa o pone em funcionamiento estos elementos nuevos? La intelligentsia indígena de uma sociedade. Cómo? Por médio de la educación (idem, p. 188).

A modernização seria um processo histórico contextualizado, contemporâneo, iniciado após o colonialismo e que contém inovações sem precedentes no âmbito do conhecimento (ciência) e sua aplicação técnica (tecnologia), internalizadas e implementadas por um grupo social preparado para isso (a *intelligentsia*: grupos de indivíduos cujas tarefas comportam certo grau de habilidade e formação intelectual, como profissionais, técnicos, especialistas, cientistas etc.) por meio, principalmente, da educação voltada à racionalização e à secularização. Definindo:

Modernización podría definirse como la (rápida y masiva) aplicación de ciencia y tecnología basada en la fuerza motriz de las máquinas a esferas (total o parcialmente) de la vida social (económica, administrativa, educacional, defensiva, etc.), implementada o puesta en práctica por la intelligentsia indígena de una sociedad (SOLÉ, 1998, p. 198).

A palavra *desenvolvimento* é comumente usada em diversos discursos governamentais, da iniciativa privada e até de movimentos sociais e, apesar de tão entranhada nos discursos, pouco se fala sobre seu contexto originário. O discurso do desenvolvimento surge nos EUA e Europa a partir da ideia de detectar “problemas”, construir e fortalecer a visão de Terceiro Mundo e receitar caminhos (ESCOBAR, 1996). Com o passar do tempo, o conceito de *desenvolvimento* foi sendo qualificado, focado, ganhando complementações e especificações, como *desenvolvimento social*, *desenvolvimento territorial*, *desenvolvimento local* e *desenvolvimento sustentável*. Contudo,

a ideia de desenvolvimento e sua necessidade não eram postas em questão; somente seus complementares o eram. Assim, “El desarrollo se había convertido en una certeza en el imaginario social” (ESCOBAR, 1996, p. 22).

No bojo do contexto mundial de debates e medidas sobre os problemas ambientais ocorridos de forma mais frequente e visível a partir da década de 1970 é que surge o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Em 1987, é desenvolvido o documento “Nosso Futuro Comum” na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde se define o conceito de desenvolvimento sustentável como “el proceso que permite satisfacer las necesidades de la población actual sin comprometer la capacidad de atender las generaciones futuras” (LEFF, 2004, p. 103).

A noção de desenvolvimento sustentável foi amplamente veiculada em diversos segmentos por seu apelo ambiental em um momento histórico no qual os problemas ambientais advindos das ações sociais em larga escala (mudanças climáticas, efeito estufa, erosão da biodiversidade, escassez hídrica, entre outros) tornaram-se parte das relações internacionais, havendo, então, a construção de um consenso (pelo menos no plano discursivo) sobre a necessidade de outro tipo de desenvolvimento.

Novos elementos vão se acoplando ao paradigma produtivo hegemônico, configurando uma “modernização ecológica”. Uma questão então emerge: as bases do padrão de acumulação capitalista se alteram, no sentido de impor limites à exploração neste novo contexto, ou o padrão exploratório se diversifica e amplia a partir de um novo ramo – o meio ambiente?

Sobre os diferentes caminhos desta nova modernização inserida numa *sociedade de risco*, Solé evoca Hajen (1996) para expor três “tipos ideais” de modernização ecológica. O primeiro, baseado na ideia de escassez e super-exploração humana sobre os recursos, advém de uma “parte integral del pensamiento y la acción de las organizaciones e instituciones, que requieren mayor coordinación a nivel supranacional en sus actuaciones”. O segundo seria um “proyecto tecnocrático en tanto cuanto no es solo la naturaleza sino la tecnología lo que está fuera de control”, sendo os problemas ambientais monopolizados pelos especialistas e cientistas que impõem determinadas definições e soluções aos mesmos. Por fim, o terceiro tipo seria a modernização ecológica como um tipo de “política cultural que reclama llegar al fondo de aspectos de la realidad que se plantean como problemas comunes de la humanidad, derivados de los desastres medioambientales y sus efectos”, sendo a consciência sobre os mesmos crescente nas sociedades avançadas (SOLÉ, 1998, p. 229-230).

Tais ideias certamente se associam e se apresentam em graus e formas variadas nos diferentes contextos sociais. Uma possibilidade de enxergarmos a complexidade deste debate é concebermos essa realidade como um campo temático com convenções, normas, condutas e práticas ambientais no âmbito mundial como um *campo*, conforme aponta Costa (2004) com base na concepção de Bourdieu. O campo ambiental, segundo Costa, vem passando por um processo de institucionalização nas últimas décadas através da profissionalização dos saberes, desenvolvimento de instituições e agentes específicos da área, das atribuições de valor aos bens naturais, gerando, assim, as bases da economia verde, da precificação desses bens e de categorias de percepção sobre as questões ambientais. Além disso, esse campo conforma a disputa entre diferentes agentes com diferentes capitais e concepções sobre essas mesmas questões (COSTA, 2004, p. 79-80).

O que parece ser demonstrado é que, a partir dessa institucionalização do campo ambiental, reforça-se a concepção moderna de uma elite pensadora e gestora dos problemas ambientais, que desenvolve concepções e normas que afetam as diferentes realidades e escalas e promove um mercado material e simbólico, conformando-se em mais um setor de acumulação e significação do capitalismo contemporâneo.

De acordo com Escobar (1996, p. 31), o desenvolvimento (de qualquer tipo: local, sustentável) é definido a partir de três eixos:

[...] las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales le da a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de

poder que regula su práctica y las formas de subjetividad fomentadas por este discurso, aquellas por cuyo intermedio las personas llegan a reconocerse a si mismas como ‘desarrolladas’ o ‘subdesarrolladas’.

Partindo destes eixos, devemos ter no horizonte os olhares sobre quem e qual contexto são desenvolvidas as interpretações e respostas para o desenvolvimento sustentável; sobre quais são as disputas e poderes intrínsecos nas relações que regulamentam e regulam suas práticas e sobre as formas de subjetividade de seu discurso, onde uns estão enquadrados como desenvolvidos e outros, não. Acreditamos não haver dúvidas sobre a base ocidental e moderna deste contexto, expressando um etnocentrismo que intenta universalizar medidas e condutas. Como afirma Solé, “La existencia de un centro, un grupo activo o una élite capaz de ofrecer soluciones a la nueva serie de problemas (S.N. EISENADT, 1966, p. 384) es un determinante significativo del proceso de modernización en su dimensión política” (1996, p. 236).

A confiança institucional na ciência moderna como uma religião não auxilia no processo de reflexão sobre os rumos da sociedade atual de risco (SOLÉ, 1996, p. 251). Além disso, essa própria confiança baseia-se num modelo de ciência moderna que está imerso na subjetividade moderno-colonial. Segundo Lander,

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretenções de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2005, p. 22).

Com isso, parece inerente a classificação e prescrição de normas, padrões e ações para as sociedades em geral. Como afirma Porto-Gonçalves (2004, p.26):

[...] a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal. Assim, se confundem luta contra a injustiça social com luta pela igualdade, conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 26).

Com base nessas reflexões, entendemos que é necessária a problematização da noção de desenvolvimento sustentável em suas dimensões simbólica e prática. No caso de estudo, a Fibria/ Aracruz apresenta uma longa trajetória de conflitos e degradação nos âmbitos social e humano, degradando os meios de vida das comunidades negras rurais, bem como o ecossistema local do Sapê do Norte (ES). Mesmo assim, a empresa se caracteriza como sustentável, tendo legitimação institucionalizada no campo ambiental (não homogêneo) e vantagens que possibilitam a construção de uma imagem ambientalmente correta e que ainda se beneficia em termos de acumulação financeira se inserindo na lógica de “plantação de florestas e captura de carbono” no mercado de carbono.

## Considerações finais

O relato dos diversos estudos referentes ao processo de desenvolvimento da indústria da celulose no norte do Espírito Santo e seus efeitos sociais sobre as comunidades negras rurais do Sapê do Norte nos possibilitam realizar o levantamento de diversos elementos para o debate acerca da temática da modernização e do campo ambiental.

Levantamos apenas alguns aspectos relevantes que, contudo, não constituem nem

metade das questões envolvidas no longo e dinâmico conflito territorial em questão, sobre o qual há uma extensa bibliografia científica e de organizações sociais. A empresa Fibria/Aracruz gerou transformações em diversos âmbitos, envolvendo diversos sujeitos sociais no estado do Espírito Santo (e também da Bahia e do Rio Grande do Sul), fomentando diversos tipos de resistências e articulações sociais. São inegáveis seus efeitos no ecossistema local, bem como nos meios de vida das comunidades negras rurais.

Atualmente, este confronto demonstra-se de forma mais tênue, considerando as mudanças de estratégias da empresa nas dimensões ambientais e no relacionamento com as comunidades, o que gerou relações de “cooperação” antes inexistentes. Este fato põe em relevo a necessidade de entendermos melhor as mudanças de roupagem nos processos de modernização e desenvolvimento, indo cada vez mais no cerne dos processos e das noções a partir das quais apreendemos e construímos a realidade.

Há uma clara demanda em desvelarmos a nova configuração dos modelos de desenvolvimento sustentável institucionalizados no campo ambiental, explanando sobre seus elementos estruturais, contrapondo discursos e práticas, mecanismos e eficácia. Havemos também de rever nossas lentes teóricas e seus instrumentos de compreensão e leitura da realidade. Quedamo-nos com Escobar, entendendo que é necessário se aliar tipos de conhecimento para uma abrangência maior de nossos horizontes teóricos e práticos:

La predominancia de este sistema de conocimiento ha dictaminado el marginamiento y descalificación de los sistemas de conocimiento no occidentales. En estos últimos, [...] los investigadores y activistas podrían encontrar racionalidades alternativas para orientar la acción social con criterio diferente a formas de pensamiento economicistas y reduccionistas (ESCOBAR, 1996, p. 36).

## Referências

AGB – Associação dos Geógrafos do Espírito Santo. **Relatório de Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupinikim – ES**, 2004. Mimeo.

CALAZANS, Marcelo. Alimento e Resistência Agroecológica: quilombolas do Sapê do Norte. **PROPOSTA: Revista de Debate da Fase. Natureza e Alimentos: soberania e segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro. Ano 33, nº119, 2009. ISSN 1982-8950

COSTA, Luciana Miranda. **Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, PA, 2004.

ESCOBAR, Arturo. Introducción: el desarrollo y la antropología de la modernidad. In: \_\_\_\_\_. **La invención del tercer mundo: construcción u desconstrucción del desarrollo**. Bogotá-Colômbia: Editorial Norma S. A., 1996. p.19-50.

FASE. **Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo - Brasil**. Vitória, 2002.

FERREIRA, Simone R. B. **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola no Sapê do Norte – ES. Tese (Doutorado em Geografia). 2009. 522f Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, RJ, 2009.

FIBRIA, 2013. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/pt/>>. Acesso em: julho de 2013.

HENBICK, Paul et al. **Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and their Resources.** (org.) Hebinck, Paul and Lent, C. Peter. Leinden. Brill, Leidein, Boston, 2007.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: \_\_\_\_\_ (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** 21-54p. Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISBN 987-1183-24-0

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental – la reapropiación social de la naturaleza.** Méxiso/ Argentina: Siglo XXI editores, 2004.

MARACCI, Marilda. **Progresso da morte, progresso da vida: a reterritorialização conjunta dos povos Tupiniquim e Guarani em luta pela retomada de suas terras-territórios (Espírito Santo-Brasil).** Niterói, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

MEDEIROS, Rogério. **Ruschi – o agitador ecológico.** Rio de Janeiro, Record, 1995.

OVERBEEK, Winnie. Mudanças climáticas: uma lucrativa oportunidade. In: GOMES, H. e OVERBEEK, W. (Orgs). **Aracruz credo: 40 anos de violações e resistências no ES.** Vitória: Patrícia Bonilha Editora. Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.2p. ISBN 978-85-88232-04-4

PINTO, Raquel Giffoni. **O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais.** 2010. 153f Dissertação (mestrado em Sociologia de Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org). **Os porquês da desordem mundial** (coleção: mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2004.177p.

SOLÉ, Carlota. Hacia una definición de modernización. In: **Modernidade y modernización.** Barcelona: Antrophos Editorial, 1998. P.9-29; 188-203; 226-285

Recebido para publicação em 04 de julho de 2013

Devolvido para revisão em 13 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 19 de março de 2014